

11 SET 1992

FRANCISCO GROS

Em que pese às dificuldades políticas enfrentadas pelo governo no momento, o programa de modernização da economia brasileira continua caminhando a passos largos. É triste verificar, no entanto, que a crise política tem aberto espaços para o questionamento de agenda de modernidade que está sendo implantada pelo governo.

É com esse enfoque que vejo o ressurgimento de especulações sobre um eventual choque na economia, seja pelo congelamento de preços internos, seja pela fixação da taxa de câmbio. Creio ser importante, neste momento, esclarecer por que nenhum dos membros da equipe econômica do governo acredita na eficácia de tais políticas, de cunho eminentemente intervencionista.

A rigor, a atração exercida por medidas dessa natureza é o resultado da conjugação de dois fatores. De um lado, temos pleitos de setores menos esclarecidos da sociedade brasileira que, preocupados com as consequências econômicas da crise que enfrentamos, aguardam uma solução do governo. Querem que o governo faça algo. Qualquer coisa, mas que faça logo, para nos tirar deste sofrimento.

Trata-se de uma demanda de quem não está acostumado a enfrentar os seus próprios problemas e sempre es-



# De choques e modernidade

ESTADO DE SÃO PAULO

pera que o governo os resolva. Trata-se de uma demanda com raízes profundas em nossa tradição ibérica.

Por outro lado, temos a turma do "deixa comigo que eu dou um jeito". São os magos de plantão, sempre prontos a nos propor soluções milagrosas e indolores, que só eles saberiam operacionalizar.

Tenho a absoluta convicção de que não é esse o caminho que devemos buscar. Não cabe procurar soluções na ação de um Estado que, infelizmente, ainda é a principal fonte de nossos problemas.

Anima-me, no entanto, constatar que existe hoje uma razoável concordância entre economistas, tanto os que estão no governo quanto os que não estão mas que já tiveram de enfrentar o desafio de administrar a máquina pública, sobre o diagnóstico de nossos problemas e sobre o que precisa ser feito para se equacionar a crise brasileira. Na essência, a maioria concorda em que nossas dificuldades não se situam em nível conceitual, e sim operacional. O desafio que enfrentamos não é o de criar planos teóricos extremamente bem-estruturados, mas o de fazer com que as coisas mais simples funcionem na prática.

A realidade de nosso dia-a-dia é que o Estado brasileiro funciona precariamente. Ao nos recusarmos a reduzir, de forma ordenada, esse Estado, passamos a desmontá-lo desordenadamente, sem nenhum planejamento efetivo, misturando setores essenciais com os que não têm a

menor importância, em prejuízo dos primeiros.

Não adianta nos iludirmos quanto à efetiva capacidade operacional do Estado brasileiro. Como poderia um Estado que tem dificuldades para arrecadar impostos devidamente aprovados pelo Congresso Nacional impor à sociedade um congelamento de preços que funcionasse?

Nem adianta esperar do Estado brasileiro mais do que ele tem condições de nos oferecer no momento. Já se foram os dias em que o Estado todo-poderoso se situava acima da sociedade e lhe imponha a sua vontade. Nenhuma solução imposta unilateralmente pelo governo terá qualquer condição de sucesso na atual conjuntura, tanto por falta de operacionalidade quanto por falta de legitimidade. Legitimidade porque já se tornou evidente, entre nós, que a crise brasileira é essencialmente uma crise do setor público, que não soube ainda se enquadrar na realidade em que vivemos. E, na medida em que não consegue se ajustar, insiste em apresentar a conta de seu desajuste ao setor privado, intervindo-seguidamente na economia. Já é tempo de nos darmos conta de que um Estado que não consegue se ajustar não tem a legitimidade necessária para impor à sociedade civil os custos desse desajuste.

Precisamos, pois, ter a humildade de admitir que não será mediante um processo unilateral e impositivo que encontraremos o caminho da modernidade nem as soluções, para os graves problemas que enfrentamos. Para

encontrar essas soluções teremos que, antes de mais nada, explicitar a natureza e a real dimensão dos problemas, para criar as condições mínimas para enfrentá-los, com o indispensável apoio político.

Não adianta tentar mascarar os desajustes profundos de nossa economia com medidas cosméticas, destinadas a esconder os sintomas — isto é, a taxa de inflação — em vez de atacar as causas efetivas da crise — o desajuste do setor público e a falta de confiança na ação do governo.

E muito menos tentar ganhar tempo, deixando as questões fundamentais para ser resolvidas no futuro, pois não obteremos a estabilidade econômica e a retomada do crescimento auto-sustentado sem enfrentar e equacionar essas questões.

Temos, portanto, que renunciar, de uma vez por todas, à busca de soluções impostas de forma voluntaria- sa pelo governo. As soluções, para serem eficazes, terão que ser negociadas, de forma madura, por todos nós.

Enquanto isso não ocorrer, vamos parar de nos iludir com a promessa — para uns — ou ameaça — para outros tantos — de uma solução de choque. O que a inviabiliza não é só a firme determinação do ministro Marcílio e de sua equipe de não embarcar em aventuras irresponsáveis, mas as claras evidências de que faltam ao governo as condições mínimas para impor unilateralmente sua vontade à sociedade civil.

■ Francisco Gros é presidente do Banco Central do Brasil.